

A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS COOPERATIVAS DO RAMO AGROPECUÁRIO E DE CRÉDITO NO ESTADO DO PARANÁ

CANALLI, Diego ¹
LOVATO, Rodrigo ²
SONEGO, Vandete Maria ³

RESUMO

A responsabilidade social tem por intuito modificar o ambiente interno e externo de uma organização, minimizando os impactos negativos que a mesma exerce na localidade, busca a melhoria contínua do ambiente onde está inserida, e o benefício da coletividade de maneira sustentável. Este estudo tem por objetivo, verificar quais projetos ou programas de responsabilidade social estão sendo desenvolvidos pelas cooperativas do ramo agropecuário e de crédito, do estado do Paraná. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório e abordagem qualitativa e quantitativa. Desta forma, a pesquisa foi realizada nos sites das cooperativas, verificando-se quais projetos ou programas são divulgados por este meio. Após a coleta dos dados, verificou-se quais programas ou projetos estão sendo desenvolvidos por cada ramo, e por fim realizou-se um comparativo entre as cooperativas agropecuárias e de crédito, afim de saber quais projetos ou programas são desenvolvidos, e quais são comuns a estes dois ramos. Por fim constatou-se que esses dois ramos de cooperativas, possuem uma grande variedade de projetos ou programas, e após a análise verificou-se que possuem em comum projetos ou programas voltados para as áreas ambientais, na área da cultura e para a juventude.

Palavras-chave: Cooperativas Agropecuárias, Cooperativas de Crédito, Responsabilidade Social.

ABSTRACT

THE SOCIAL RESPONSIBILITY OF COOPERATIVES OF THE AGRICULTURAL AND CREDIT RANGE IN THE STATE OF PARANÁ

Social responsibility aims to modify the internal and external environment of an organization, minimizing the negative impacts that it exerts in the locality, seeks the continuous improvement of the environment where it is inserted, and the benefit of the community in a sustainable way. This study aims to verify which social responsibility projects or programs are being developed by agricultural and credit cooperatives in the state of Paraná. The methodology used was a bibliographic research, exploratory in nature and a qualitative and quantitative approach. In this way, the research was carried out on the websites of the cooperatives, verifying which projects or programs are publicized by this means. After the data collection, it was verified which programs or projects are being developed by each branch, and finally a comparison was made between the agricultural and credit cooperatives, in order to know which projects or programs are developed, and which are common To these two branches. Finally, it was verified that these two branches of cooperatives, have a great variety of projects or programs, and after the analysis it was verified that they have in common projects or programs focused on the environmental areas, in the area of culture, followed the specifics for the youth.

Keywords: Agricultural Cooperatives, Credit Cooperatives, Social Responsibility.

¹ Diego de Oliveira Canalli – Faculdade Assis Gurgacz. E-mail: canallidiego@gmail.com

² Rodrigo Fernando Lovato – Faculdade Assis Gurgacz. E-mail: rodrigofernandolovato@hotmail.com

³ Vandete Maria Sonego – Docente orientador – Faculdade Assis Gurgacz Curso de Administração. E-mail: vandete@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

As ações adotadas pelas empresas têm afetado o meio onde estão situadas, tanto a parte ambiental como na parte cultural. Em vista disso, elas veem buscando, através da responsabilidade social, diminuir seus impactos, através da criação e implementação de projetos ou programas sociais. Procurando assim, transformar a sociedade e o ambiente onde estão inseridas, num ambiente melhor para se viver.

A implantação de projetos ou programas sociais, possui grande importância, não apenas para a empresa, mas também para a sociedade, pois promove uma reeducação da população. Pois é através da responsabilidade social, que as empresas contribuem para melhoria contínua da sociedade, e demonstram sua preocupação de organização, em prol da comunidade.

Desta forma, a responsabilidade social, pode ser definida como um recurso, que as organizações utilizam, para administrar de maneira sustentável os impactos sociais que causam a sociedade. É um compromisso que as empresas possuem com a humanidade, sendo uma forma que estas utilizam, para prestar contas dos recursos utilizados, que não lhes pertencem (RUIZ ALONSO *et al.*, 2006; MELO, 1999).

Sendo assim, a responsabilidade social, é toda e qualquer atitude que possa contribuir com benefícios na sociedade, na comunidade e com a política social. Seu foco é voltado para o desenvolvimento sustentável da comunidade, contribuindo com o meio ambiente, educação, transportes, ou seja, a sociedade em geral. Para (Karkotli, 2006), a importância da responsabilidade social, são as ações adotadas pelas empresas para contribuir com a melhoria da qualidade de vida, possibilitando assim, as organizações demonstrarem sua preocupação através dos projetos sociais.

Neste contexto, este estudo objetiva identificar dentro do setor das cooperativas do ramo agropecuário, e do ramo de crédito, do estado do Paraná, quais projetos ou programas de responsabilidade social estão sendo implementados, bem como as principais áreas de atuação.

Para responder aos objetivos propostos partiu-se do seguinte questionamento: Quais programas ou projetos de responsabilidade social, estão sendo implementados pelas cooperativas do ramo da agropecuário e de crédito no Estado do Paraná?

Desta forma, retratar como as cooperativas do ramo agropecuário e de crédito paranaense, estão preocupadas com a transformação devida da população onde estão situadas, através do desenvolvimento de projetos ou programas voltados à sociedade.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para um maior aprofundamento do tema em estudo, utilizou-se como fundamentação teórica, temas relacionados a responsabilidade social, ao cooperativismo, e mais especificamente ao cooperativismo dos ramos agropecuário e de crédito.

2.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Responsabilidade Social é um recurso que as organizações utilizam para a minimização dos danos exercidos pelas mesmas. Ashley (2002) conceitua responsabilidade social como uma obrigação que as organizações possuem com a sociedade, as quais são demonstradas através de atitudes ou ações que busquem afetar de maneira positiva a comunidade. Assim as empresas assumem obrigações de caráter moral além das estabelecidas por lei, mesmo que não estejam diretamente ligadas as suas atividades, mas que procuram o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Assim Wissmann (2007, *apud* Donaire 1990) diz que responsabilidade social é um conceito ético que promove mudanças no estado de bem-estar, estando diretamente ligado as dimensões sociais, atividades de produção e a qualidade de vida da sociedade.

Dias (2012, p.1) complementa que:

Responsabilidade social está diretamente relacionada com as intensas mudanças e transformações que estão ocorrendo no mundo e que envolvem de todas as formas as empresas, sejam como atores fundamentais e responsáveis diretamente pelos acontecimentos ou como agentes afetados pelas ocorrências no âmbito sociocultural, econômico ou ambiental. As empresas se inserem de forma integral na sociedade interagindo com suas instituições, com os cidadãos e com seus representantes.

Toda ação de responsabilidade social realizada pelas empresas beneficiam a sociedade, contribuindo com as políticas sociais e diminuindo os impactos negativos na comunidade e no meio ambiente, sendo assim as empresas se compreendendo o seu papel para o desenvolvimento da comunidade onde está inserida, criando vários programas sociais. (COSTA, 2014).

Para Chiavenato (2004) a responsabilidade social é o grau de obrigações que as empresas têm em assumir uma postura que melhore a qualidade de vida da sociedade a medida em que busca alcançar os próprios interesses.

A responsabilidade social é uma tomada de consciência da empresa que a leva a assumir livremente atividades e encargos em prol da sociedade em que está inserida (ALONSO *et al*, 2006). Assim, a responsabilidade social visa contribuir de forma positiva com a sociedade reduzindo impactos sociais e ambientais.

2.2 HISTÓRICO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL

Vários acontecimentos marcaram a história da responsabilidade social no mundo, diante disso o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social apresenta em seu Guia de Elaboração de Relatório e Balanço Anual de Responsabilidade Social Empresarial (2001, p. 9 e 10) o histórico da Responsabilidade Social, representado no quadro 01.

Quadro 1 - Histórico da Responsabilidade Social

DÉCADA	ANO	ACONTECIMENTO
Até os anos 70	1929	Constituição de Weimar (Alemanha) – inauguração da ideia de “função social da propriedade”
	1960	EUA – movimentos voltados para a responsabilidade social
	1965	ADCE (Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresa - Brasil) Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas
70	1976	Fundação FIDES e ADCE que estudam o tema da responsabilidade social
	1977	França - Lei no 77.769/77 – determina a publicação do balanço social (bilan social) – voltada para relações de trabalho
	1978	FIDES - apresenta proposta de Balanço Social
80	1984	Nitrofertil – elabora o primeiro balanço social do Brasil
	1986 - 94	Elaboração do Principles for Business – The Caux Round Table – mesa redonda criada por lideranças econômicas da Europa, Japão e Estados Unidos
	1988 - 93	Elaboração da “Declaração Interfaith” — código de ética sobre o comércio internacional para cristãos, muçulmanos e judeus.
	1996	Institute of Social and Ethical AccountAbility – cria a Norma AA1000
	1997	GRI – Global Reporting Initiative - movimento internacional para a adoção e uniformização dos relatórios socioambientais que as empresas publicam -SA8000 — criada norma de certificação voltada para condições de trabalho
	1997 - 98	Diversas leis municipais e estaduais incentivam a publicação do Balanço Social das empresas
	1999	Lançamento do selo “Empresa Cidadã” da Câmara Municipal de São Paulo premiando empresas com Balanços Sociais de qualidade
	1999	1ª Conferência Internacional do Instituto Ethos de Empresa e Responsabilidade Social
	1999	EUA - Dow Jones Sustainability Index (DJSI) – que define a sustentabilidade de acordo com critérios econômicos, sociais e ambientais
2000	2000	1ª Versão dos Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial
2000	2000	ONU - Global Compact (Pacto Global) promoção e implementação de nove conceitos nas áreas de direitos humanos, trabalho e meio ambiente.
	2001	Criado o guia de Elaboração de Relatório e Balanço Anual de Responsabilidade Social Empresarial do Instituto Ethos

Fonte: Adaptado de Instituto ETHOS, 2001, p. 9 e 10.

Os acontecimentos históricos ocorridos, demonstram a evolução da responsabilidade social, a qual tem ganho cada vez mais espaço no cotidiano das organizações. Ficando evidenciado neste contexto, a preocupação das empresas em transformar a sociedade onde estão inseridas.

No Brasil a responsabilidade social também tem evoluindo e ganhado espaço. Os primeiros registros do termo responsabilidade social no Brasil, datam do século XIX de acordo com citação:

Segundo Wissmann (2007, p.41 *apud* Torres 2001):

O início da Responsabilidade Social data por volta dos anos 60, em 1965 foi publicada a “Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas” o que foi um grande marco histórico pois foi o princípio da utilização do termo Responsabilidade Social correlacionada com as empresas, em 1980 os sindicatos tiveram fortalecimento e surgiram as Organizações Não Governamentais (ONGs).

Em 1974 foi proposta uma ligação da gestão empresarial com a responsabilidade social, criado um documento intitulado Decálogo do Empresário. Este documento é uma declaração de princípios “além de sua função econômica e produtora de bens e serviços, tem a função civil, que se realiza através da promoção dos que nela trabalham e na comunidade da qual deve integrar-se” (DIAS, 2012, p. 39).

Quadro 2 - Cronologia da responsabilidade social no Brasil

DATA	DOCUMENTO OU EVENTO	PRINCIPAIS DESTAQUES OU OBJETIVOS DO DOCUMENTO
1965	Carta de princípios dos Dirigentes Cristãos de Empresas	- Destaca os aberrantes desníveis econômicos - Chama ao empresariado a assumir suas responsabilidades - O dirigente tem responsabilidade cívica e política.
1974	Decálogo do Empresário	- Função da empresa - Atuação da empresa perante os Stakeholders
1982	Criação do Prêmio Eco (Empresa-Comunidade)	- Incentivar as ações sociais nas áreas de cultura, educação, meio ambiente, participação comunitária e saúde.
1986	Publicação do livro Responsabilidade social das empresas: modismo ou sinal dos tempos?	- De - Gleuso Damasceno Duarte - com base em sua dissertação de mestrado,
1987	Surgimento do grupo: Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE)	- Adoção de um pacto social negociado
1991	Atuação Responsável - empresas do setor químico (Abquim) - Associação Brasileira da Indústria Química.	- Antecipar o compromisso com a comunidade, antes que crescessem as pressões públicas, em termos de legalização com a responsabilidade social, fato que já estava ocorrendo no resto do mundo.
1992	Criado do (Cene) Centro de Estudos de Ética nos Negócios - da Fundação Getúlio Vargas	- Um centro de estudos de ética nas organizações
1994	Criação do (Cives) - associação Brasileira de Empresários pela Cidadania.	- Com o objetivo de criar uma nova relação entre capital e trabalho, estimulando a transparência e o intercâmbio entre trabalhadores e empregadores
1997	Surge o (CEBDS) - Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável Criação do Instituto Ethos	- Seu principal foco são as questões ambientais e ainda integra o <i>World Business Council for Sustainable Development</i> (WBCSD). Organização não governamental formada com a missão de ajudar empresas a conduzir seus negócios forma socialmente responsável,
1999	Surge a (AEC) - Instituto Ação Empresarial pela Cidadania	- Com a missão de mobilizar e apoiar o empresariado para investir em práticas socialmente responsáveis que contribuam com a equidade social e desenvolvimento sustentável em Pernambuco.
2002	ABNT	- Forma um grupo de trabalhos para o desenvolvimento de Norma Brasileira de Requisitos de Gestão de Responsabilidade Social
2004	Norma ABNT NBR 16001	- Norma que prevê os requisitos mínimos relativos a um sistema de gestão de responsabilidade social.
2011	Lançamento da “Plataforma por uma economia verde e responsável (Instituto Ethos).	- A qual apresenta uma estratégia de atuação para alcançar o objetivo, ente os quais incluir ações que integram uma agenda nacional suprapartidária que envolva as principais forças da mudança numa ampla mobilização nacional.

Fonte: Adaptados de Dias, 2012.

Em geral a responsabilidade social tem ganho fortalecimento com o passar dos anos, modificando as estruturas das organizações, melhorando a forma como as empresas são vistas e o comprometimento das mesmas com a sociedade. Desta forma, as empresas através de suas capacidades incorporadas ao planejamento e organização de recursos, estão promovendo ações para o desenvolvimento social, para a consolidação do conceito e prática da responsabilidade social (GOUVEIA FIHO, MEIRA, LIMEIRA e ALMEIDA, 2008). Corroborando no mesmo pensamento, Ferreira e Basqueira (2012), abordam a responsabilidade social como fator de competitividade nos negócios, pois as empresas ao assumirem o comprometimento com a responsabilidade social, se mantém no mercado, aumentam seus lucros, além de se tornarem um agente de mudança cultural, contribuindo assim, para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

2.3 VANTAGENS E DESVANTAGENS DA RESPONSABILIDADE SOCIAL

A responsabilidade social não está limitada somente na organização e nos seus colaboradores, mas envolve toda sua área de influência, tais como os acionistas, a sociedade onde está inserida, e principalmente no seu mercado de atuação.

Para Vasconcelos e Noronha Filho (2010), o fator econômico não é o único fator que influencia as estratégias de uma organização, estão presente os valores éticos como influenciadores na gestão do negócio organizacional. Para estes autores a responsabilidade social aliada as estratégias organizacionais são assim definidas: "o conjunto de estratégias adotadas para o alcance das práticas organizacionais, determina e sustenta seu sucesso competitivo, no âmbito de uma sociedade que clama por posicionamento ético e sustentável das empresas" (VASCONCELOS e NORONHA FILHO 2010, p. 51).

Desta forma, as empresas procuram implementar suas ações entrelaçadas as perspectivas estratégicas, ou seja, procuram ligar as perspectivas estratégicas de ações econômicas as ações de responsabilidade social, para se tornarem agentes sociais efetivos e representativos no desenvolvimento sustentável (MUNCK e SOUZA, 2009). Esta prática, porém, apresenta para algumas empresas certas vantagens e desvantagens.

Dentre as vantagens que as empresas têm a seu favor, estão o fortalecimento da marca e imagem, seu diferencial diante dos concorrentes, geração de mídia espontânea, fidelização do cliente, segurança patrimonial e dos funcionários, a atração e retenção de talentos profissionais, a menor ocorrência de controles e auditorias de órgãos externos, a atração de investidores e deduções oficiais (MELO NETO e FROES, 1999, *apud* LEVEK, *et al*, 2002).

Colabora, neste sentido das vantagens para as empresas Tomei (1984, p. 192).

A visão mais sensibilizada pelas empresas com as demandas das necessidades da comunidade, consequentemente terá uma comunidade melhor, onde a gestão dos negócios ficará mais prática e facilitada, além do recrutamento de mão de obra será facilitada, as taxas de rotatividade ou faltas se reduzirão etc.

Quanto às desvantagens, ou aqueles que são contrários a adoção de programas ou projetos de responsabilidade social por parte das empresas, argumentam que, a responsabilidade maior da empresa é aumentar seus benefícios econômicos, sem infringir a lei e os costumes comerciais, e que a responsabilidade social é do Estado (DIAS, 2012).

Mas Tomei (1984), aborda que, dentre as desvantagens para as empresas que adotam a responsabilidade social, uma delas está nos custos do envolvimento social, por que muitos destes objetivos sociais não se pagam por si só, o que leva a empresa a uma situação antieconômica, ou seja, alguém deverá arcar com estas despesas.

Neste sentido das desvantagens, ainda afirma Tomei (1984, p. 192).

Outro argumento desfavorável no que concerne a empresa exercer objetivos sociais, é que pode-se desviar o foco das organizações na produtividade econômica, gerando conflitos entre suas lideranças e enfraquecendo as organizações no mercado competitivo, o que resulta num empobrecimento tanto para o social quanto para a própria economia. Significa que a própria sociedade deveria arcar com a baixa produtividade, e o papel econômico das empresas para com a sociedade ficaria nulo e ambíguo.

Porém, neste contexto das vantagens e desvantagem em se adotar a responsabilidade social pelas empresas, o que mais tem evoluído ou sendo apresentado nos estudos a respeito, são as vantagens. Conforme argumenta Kon (2013), as empresas brasileiras estão incorporando cada vez mais atitudes de responsabilidade social, através da prática da responsabilidade social, com o propósito estratégico do marketing corporativo. Ainda para a mesma autora, esta prática está aliada com o negócio da empresa, a qual investe em projetos sociais específicos para agregar valor a sua marca.

Pode-se dizer, que nesse sentido, as empresas que adotam a responsabilidade social têm muitas vantagens, isto porque a sociedade está cada vez mais informada e exigindo das mesmas práticas responsáveis. Em contrapartida as empresas estão utilizando a seu favor esta prática como uma estratégia de marketing, visando valorizar sua marca, e assim ganhar mais mercado.

2.4 COOPERATIVISMO

O sistema cooperativista está muito evidente nos últimos anos, principalmente no que diz respeito a forma do homem viver e ajudar-se mutuamente. Esta forma de viver está associada ao conceito de cooperativismo, que é definido como uma associação de pessoas unidas, as quais tem a intenção de ajudar-se umas as outras, visando à solução de problemas econômicos por meio da solidariedade (SANTOS e CEBALLOS, 2006).

Já para Boesche (2005), há a necessidade de enxergar o cooperativismo tanto pela ótica social quanto econômica. A ótica social relaciona-se com as pessoas, levando em consideração que o cooperado é o dono do negócio, enquanto a ótica econômica relaciona-se ao entendimento da cooperativa como uma empresa, e como tal necessita obter lucro visando sua própria manutenção.

Porém, Santos e Ceballos (2006, p. 1145), voltam a reafirmar que o cooperativismo é:

A essência do cooperativismo está no espírito de cooperação. O homem faz uma opção de vida e trabalho, em que ele escolhe viver de ajuda mútua, construindo uma sociedade melhor baseada em valores nobres de solidariedade, de igualdade de direitos e deveres, de responsabilidade e de compromisso. Portanto, pela sua essência, o homem tem o compromisso de transformar as relações que hoje são individualistas em ações cooperativistas.

Desta maneira, cabe ressaltar que o cooperativismo é constituído de atos cooperativos, sendo estes praticados pelas cooperativas e seus associados, entre os associados e a cooperativa, e ainda entre cooperativas, quando estas são associadas. E estas transações são regidas por um conjunto de regras, as quais estão atreladas aos princípios cooperativistas (SILVA, ABRANTES, OLIVEIRA, 2012).

Quadro 3 – Princípios Cooperativistas

Princípio	Definição
Adesão Livre	Toda pessoa tem liberdade para associar-se a cooperativa, sem distinção de credo, sexo, posição social, etnia ou partido político. Mas cabe lembrar que cada cooperativa tem suas regras avaliando a capacidade do futuro associado.
Gestão Democrática pelos sócios	As prioridades das atividades são definidas pelos sócios, este tem igualdade de voto e elegem diretores e conselheiros através deste. As decisões são tomadas em assembleias gerais.
Participação Econômica dos sócios	E estes integralizam o capital social da cooperativa através de cotas. Os resultados positivos destinam-se ao fundo de reserva; fundo de assistência técnica, educacional e social; e posterior a isto, as sobras líquidas que são distribuídas aos sócios.
Autonomia e Independência	Como empresas autônomas, as cooperativas, decidem sobre suas atividades, objetivos e metas. O governo não interfere em suas decisões.
Educação, formação e informação	Cooperativa visa o desenvolvimento cultural e profissional do cooperado e seus dependentes. As informações devem ser claras e circular de forma transparente.
Cooperação entre as cooperativas	A cooperativas devem se ajudar umas as outras, visando o crescimento econômico, cultural e social dos cooperados e da sociedade cooperativa.
Interesse pela comunidade	A cooperativa deve visar o estreitamento entre os laços entre sociedade e organização, buscando atender aos anseios da população em geral, considerando o progresso próprio e da comunidade.

Fonte: Adaptado de Albino Gawlak e Fabianne Allage Y Ratzke, 2001.

Estes princípios convergem ao social, de modo que as cooperativas tenham sua função social voltada a comunidade, conforme afirma, Chaves, *et al* (2009), “atribuições que remetem a um comportamento socialmente responsável, de forma que, as decisões tomadas em cumprimento dos princípios, possam promover o bem-estar social, tanto para os cooperados e funcionários como também, para a comunidade”.

Assim, pode-se dizer que o cooperativismo se fundamenta nos valores humanos e na dignidade pessoal, e com suas características próprias, busca a solução dos problemas na coletividade.

E hoje, o cooperativismo está presente em mais de 100 países e cinco continentes, reunindo mais de 1 bilhão de pessoas, gerando mais de 100 milhões de empregos. Sendo representado no mundo, por uma associação independente e não governamental, denominada de Aliança Cooperativa Internacional (ACI), (SITEMA OCB, 2014).

As cooperativas são classificadas atualmente em 13 setores distintos da economia. Estes setores foram intitulados de “ramos” (SISTEMA OCB, 2014), sendo o Agropecuário, voltado aos produtores rurais ou agropastoris e de pesca, onde os meios de produção pertencem aos cooperados; o consumo, que está voltado à compra em comum de artigos de consumo para os

cooperados; o de crédito, destinado a promover a poupança e financiar as necessidades ou empreendimentos dos cooperados.

Ainda classifica-se as cooperativas educacionais, que são dos profissionais em educação, de professores, de alunos, de pais de alunos, de pais e professores, de empreendedores educacionais e de atividades afins; as especiais, que são as cooperativas constituídas por pessoas que precisam ser tuteladas ou que se encontram em situação de desvantagem, nos termos da Lei nº 9.867/1999, ainda as habitacionais que são destinadas à construção, à manutenção e à administração de conjuntos habitacionais para seu quadro social; as cooperativas de infraestrutura que atendem direta e prioritariamente ao seu quadro social com serviços essenciais, como energia e telefonia; as minerais que são as cooperativas com a finalidade de organizar a atuação dos seus cooperados na pesquisa de lavra, na extração, na industrialização, na comercialização e na exportação dos produtos minerais, garantindo a legalidade.

Também existem as cooperativas de produção que são dedicadas à produção de um ou mais tipos de bens e produtos, quando detenham os meios de produção; as de saúde que se dedicam à preservação e à promoção da saúde humana; cooperativas de trabalho que se dedicam à organização e à administração dos interesses inerentes à atividade profissional dos seus trabalhadores e associados para a prestação de serviços não identificados com outros ramos já reconhecidos, ainda as cooperativas de transporte que atuam na prestação de serviços de transporte de cargas e de passageiros e finalizando as do ramo de turismo e lazer que atendem direta ou prioritariamente ao seu quadro social, com serviços turísticos, de lazer, de entretenimento, de esportes, artísticos, de eventos e de hotelaria. (SISTEMA OCB, 2014).

Como podemos ver, são vários segmentos que o sistema de trabalho cooperativista está presente, dentre as 13 mencionadas, serão abordadas as duas principais, que estão em grande ascensão no Brasil, e se não as mais importantes no sistema cooperativistas que são as do ramo agropecuário e as cooperativas de crédito, que serão descritas com maiores detalhes a seguir.

O ramo agropecuário se estende em todo território nacional, tendo ótimos resultados nas exportações e grande significado no PIB (produto interno bruto) brasileiro, formando o segmento mais forte do cooperativismo no Brasil, tendo um alto grau de importância para seus cooperados.

Segundo Rech (2000) São as mais comuns no Brasil, e tem como objetivo organizar as atividades econômicas e sociais dos seus sócios, produtores rurais, integrando-as, orientando-as e colocando à disposição deles uma série de serviços.

De acordo com Moretti, *et al* (2012, pg. 32), as cooperativas do ramo agropecuário são:

[....] tem apresentado sólido crescimento nos últimos anos, consolidando importante papel no desenvolvimento (econômico e social) do Estado do Paraná. As suas atividades estão firmadas na produção agrícola e pecuária, alinhadas a uma estratégia de verticalização, agregando valor para a propriedade rural e construindo uma cadeia agroindustrial de grande competitividade.

Gawlak e Ratzke (2001) complementa que é um instrumento ou meio para prestar serviços na atividade agropecuária, através de: fornecimento de insumos, assistência técnica, assistência crédito, recebimento, classificação, secagem etc.

Assim, esse ramo de cooperativa agropecuária é essencial para o desenvolvimento da economia brasileira e de grande importância para o mercado interno e externo.

Já o ramo das cooperativas de crédito está em alta, porém convive com um alto grau de competitividade com as agências bancárias tradicionais, sendo atrativas e ainda os auxiliam com grandes vantagens e benefícios aos associados.

Gawlak e Ratzke (2001, p. 36) diz:

Cooperativa de crédito consiste em realizar operações tipicamente bancárias, de modo a conseguir melhor rentabilidade, nas aplicações e oferecer condições de crédito compatíveis com as necessidades próprias de cada categoria, em termos de volume, taxas e condições de pagamentos, além do tratamento diferenciado, pois os usuários são também os donos do empreendimento.

Para Pinho (2004), o cooperativismo de crédito é destinado a promover a poupança e financiar as necessidades ou os empreendimentos de seus associados, por sua vez esse é um dos ramos mais fortes dos países desenvolvidos, como França Alemanha, Canadá e outros.

Assim esse ramo de cooperativismo tem um papel importante e sustentável financeiramente, inserido em meio a comunidade de seus cooperados, trazendo de volta os recursos financeiros, desenvolvimento e qualidade de vida aos associados.

Todavia, no Estado do Paraná, o cooperativismo nasceu dos esforços dos pioneiros imigrantes europeus, os quais procuravam organizar suas estruturas de compra e venda em comum, e ainda supriam suas necessidades de consumo através de sociedades cooperativistas (PRIMATO, 2016). Trabalhando neste modelo de negócio, participaram de "diversos ciclos econômicos do Estado do Paraná" (PRIMATO, 2016).

A proporção de negócios gerados pelas cooperativas paranaenses é alta e produtiva, e de acordo com a COAMO (2011), o Paraná é um dos estados mais desenvolvidos no cooperativismo, onde, mais de 3 milhões de paranaenses são beneficiados diretamente pelo

cooperativismo, com 1,3 milhões de cooperados, que integram as 220 cooperativas em diversos ramos (agropecuário, crédito, saúde, trabalho entre outros), e 82 mil funcionários integrando diretamente o sistema cooperativista no estado.

De acordo com Lima e Alves, (2011, p. 3):

O Paraná é o único Estado brasileiro em que as cooperativas agropecuárias tem parcela significativa de controle sobre a transformação agroalimentar e capitaneiam o crescimento econômico de municípios de pequeno e médio porte do interior.

O papel das cooperativas no estado do Paraná é muito significativo, pois é através delas que se transfere tecnologia de ponta, garantindo a compra e o escoamento das safras, e ainda transforma os excedentes produtivos das áreas rurais gerando emprego e renda em todo o Estado (DIAS e ALVES, 2011). Neste modelo de gestão estratégica que as cooperativas utilizam, elas alavancam a economia dos municípios, consequentemente fazendo do Paraná um dos Estados mais desenvolvidos do Brasil.

3. METODOLOGIA

Este trabalho constitui-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico exploratório. Segundo Andrade (2003), a pesquisa bibliográfica baseia-se na leitura prévia de obras contendo informações importantes sobre o trabalho em questão, é uma leitura crítica e reflexiva, baseada nas ideias fundamentais de cada texto.

Segundo Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa bibliográfica ou de fonte secundária, leva em consideração a bibliografia disponível relativa ao tema estudado, sejam elas, escritas como: revistas, livros, monografias, etc.; orais, rádios, gravações e recurso audiovisuais. A bibliografia além de resolver problemas conhecidos, busca explorar novas áreas, tendo por objetivo permitir ao pesquisador a análise e manipulação da informação.

De acordo com Andrade (2005, p. 124).

A pesquisa exploratória visa possibilitar maiores informações sobre um determinado assunto, buscando facilitar a compreensão de um tema de trabalho. Busca orientar na definição de objetivos ou na formulação de hipóteses. Através da pesquisa exploratória avalia-se a viabilidade da realização do trabalho abordado.

Para Cervo e Bervian, (1996, p. 68) “essa fase do trabalho destina-se ao levantamento do material necessário para investigação. De acordo com o tipo de pesquisa, tem-se reunir instrumentos, aparelhos, materiais diversos ou documentos. ”

Quanto a abordagem, este estudo é classificado como qualitativo e quantitativo. Para Gerhardt e Silveira (2009, p. 31) “a pesquisa qualitativa preocupa-se com o entendimento de grupo social, organização entre outras, não apresentado importância com a representatividade numérica.

As pesquisas realizadas com a abordagem qualitativa possuem uma maior facilidade de descrição de hipóteses complexas ou problemas, assim pode-se analisar a interação de certas variáveis, entender e classificar experimentos realizados por grupos, apresentando contribuições no processo de mudança, constituição de opiniões de determinado grupo afim de possibilitar um maior nível de profundidade na interpretação dos comportamentos e atitudes dos indivíduos (OLIVEIRA, 1999).

A pesquisa quantitativa para Oliveira (1999, p.115) conceitua-se como:

A abordagem quantitativa, conceitua-se como quantificar opiniões, dados, nas formas de coletas de informações, assim como também como o emprego de recursos e técnicas estatísticas desde as mais simples como porcentagem, média, moda, mediana e desvio padrão, até o uso mais complexo, como o coeficiente de correlação, análise de regressão etc.

“A abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados ” (RAUPP E BEUREN, 2003, p.92).

Desta forma, para que os objetivos propostos fossem atendidos, foi realizada uma pesquisa minuciosa na página da OCEPAR (Organização das Cooperativas do Paraná). Neste endereço encontra-se de forma detalhada as cooperativas do estado do Paraná, bem como seu ramo e endereço eletrônico. Após definido os dois ramos específicos para este estudo, as cooperativas do ramo agropecuário e as cooperativas do ramo de crédito, iniciou-se a pesquisa em todos os endereços eletrônicos destes dois ramos, os quais constam na página da OCEPAR.

No ramo agropecuário foram acessados 72 (setenta e dois), endereços eletrônicos e nas cooperativas do ramo de crédito foram acessadas 57 (cinquenta e sete) endereços eletrônicos. Todos os endereços eletrônicos foram acessados e consultados, verificando se estes dois ramos cooperativos divulgam programas ou projetos sociais, que realizam junto a seus associados e a sociedade.

Cabe ressaltar que as cooperativas de crédito e as agropecuárias nem todas possuem endereço eletrônico (site). No ramo das cooperativas agropecuárias, por exemplo, entre as 72 cooperativas informadas pela OCEPAR, apenas 30 cooperativas haviam disponíveis informações sobre projetos ou programas de responsabilidade sociais em seu endereço eletrônico, e já as cooperativas de crédito, entre as 57 citadas pela OCEPAR, apenas 18 possuem informações em seu endereço eletrônico sobre desenvolvimento de projetos ou programas sociais. Porém as informações de que as cooperativas não mencionam ou que não existe endereço eletrônico, também foi computado (conforme gráficos 1 e 2).

Após esta minuciosa pesquisa, criou-se duas tabelas, onde foi lançado todo material pesquisado. Depois foi analisado e extraídos os dados, para responder aos objetivos propostos, que foi determinar quais os projetos ou programas de responsabilidade social, que estas cooperativas desenvolvem no Estado do Paraná. E quais projetos sociais elas têm em comum. E também qual é a área mais beneficiada pelos projetos sociais no estado do Paraná.

4. ANÁLISES E DISCUSSÕES

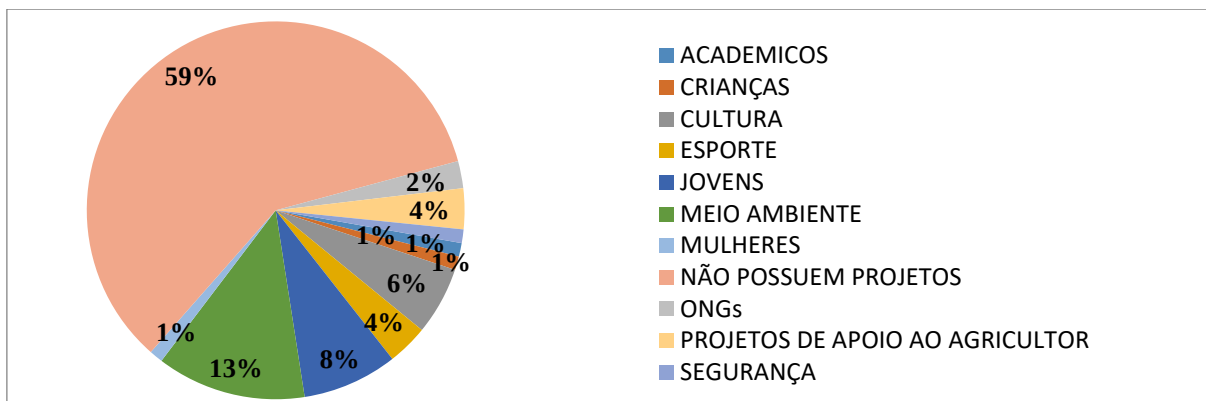
Assim, após pesquisa realizada nos endereços eletrônicos nos ramos das cooperativas agropecuária e das cooperativas de crédito do Estado do Paraná, foi possível verificar em quais áreas estão sendo desenvolvidos projetos ou programas de responsabilidade social.

COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS:

Verificou-se então, os projetos ou programas de responsabilidade social desenvolvidos pelas cooperativas agropecuárias classificadas por seu grau de importância resultou-se na seguinte forma: 13% dos projetos são voltados para o Meio Ambiente; 8% para os Jovens; 6% para os projetos Culturais; 4% Esportes e para projetos de Apoio ao Agricultor; 2% para as ONG's; e os demais programas (Acadêmicos, Mulheres, Crianças e Segurança) representam 1%.

Cabe ressaltar ainda que, 59% não mencionam em seu endereço eletrônico, se desenvolvem projetos ou programas de responsabilidade social. (Conforme gráfico 1).

Gráfico 1- Áreas de atuação no ramo Agropecuário



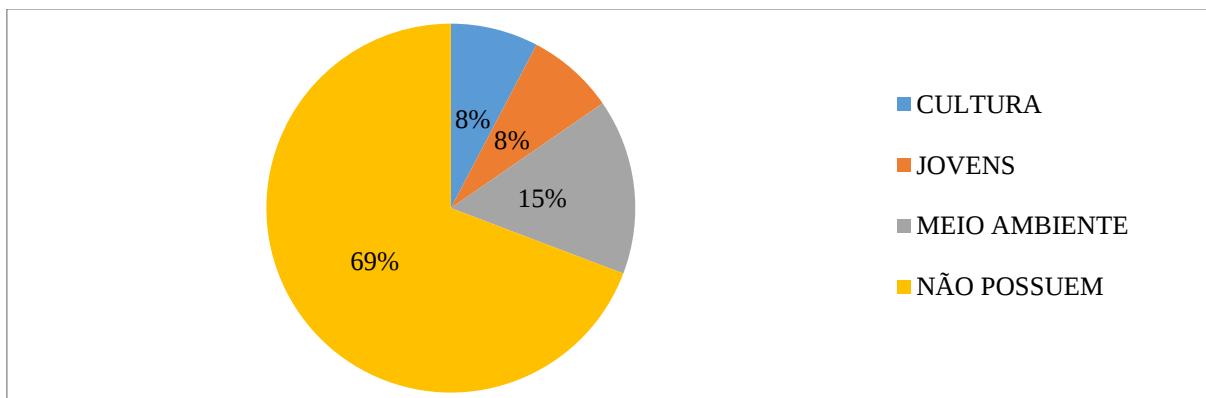
Fonte: dados da pesquisa

COOPERATIVAS DE CRÉDITO:

No ramo das cooperativas de Crédito do Estado do Paraná, foi verificado que os projetos estão sendo desenvolvidos nas seguintes áreas pela classificação de maior para menor relevância. São eles: 15% Projetos para o Meio Ambiente; 8% Culturais e para os Jovens.

Ressaltando que 69% dessas cooperativas de crédito não mencionam em seus endereços eletrônicos se desenvolvem projetos de responsabilidade social. (Conforme gráfico 2).

Gráfico 2- Áreas de atuação no ramo de Cooperativas de Crédito



Fonte: dados da pesquisa

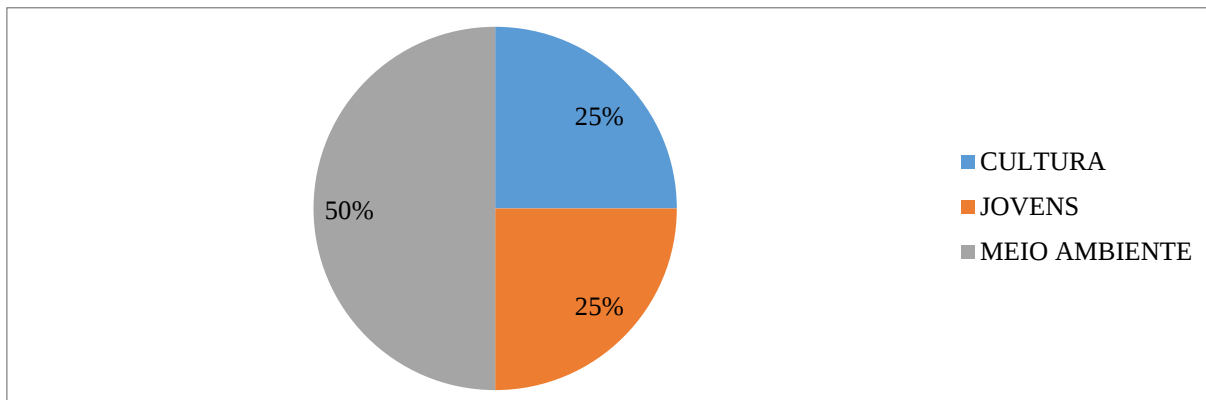
COMPARATIVO – COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS X COOPERATIVAS DE CRÉDITO:

A partir dos resultados coletados nos gráficos anteriores realizou-se um comparativo entre o ramo de atividade agropecuário e crédito, para saber quais tipos de projetos ou programas de responsabilidade social, os dois ramos realizam em determinada área social em comum.

Os projetos que as cooperativas do ramo agropecuário e de crédito possuem em comum são: o meio ambiente, a cultura e os voltados para a juventude. Sendo classificado com grau

de maior para menor relevância: 50% área ambiental; 25% destinados a projetos Culturais e os outros 25% para a Juventude. Sendo estes apresentados no gráfico 3. (Conforme gráfico 3).

Gráfico 3- Principais projetos em comum do ramo agropecuário e cooperativas de crédito



Fonte: dados da pesquisa

Por fim através da responsabilidade social o cooperativismo exerce um grande papel social, uma vez que desenvolve projetos ou programas voltados a comunidade. Esses projetos contribuem para o desenvolvimento sustentável, e contribuem de forma ética e transparente melhorando a qualidade de vida das pessoas onde estes projetos ou programas são aplicados e/ou desenvolvidos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação do cooperativismo visa atender os interesses em comum dos seus associados, onde todos têm os mesmos direitos e deveres, buscando um desenvolvimento social, cultural, profissional e pessoal, e também possuem valores como a transparência, igualdade, solidariedade e a responsabilidade. As cooperativas firmam um ato cooperativo com seus cooperados, onde o cooperado entrega seu produto para ela, e a cooperativa comercializa-o e repassa ao cooperado. Percebe-se que a prática é a definição do ramo agropecuário e consequentemente da área financeira que seriam as cooperativas de crédito.

Entre esses atos cooperativos, as cooperativas ainda proporcionam para seus cooperados e a sociedade, vários projetos ou programas de responsabilidade social, por exemplo: meio-ambiente, cultura, esportes, juventude, agricultura familiar, mulheres e crianças. Vale ressaltar que ainda existem mais 11 ramos de cooperativas onde pode-se ainda mais explorar ou realizar projetos de responsabilidade social.

Na pesquisa constatou-se que os projetos ou programas sociais, dos dois ramos de atividade cooperativista, agropecuária e a de crédito, direcionam projetos ou programas ao meio-ambiente, onde buscam uma maneira sustentável de praticar suas atividades, respeitando os recursos naturais, o manejo sustentável, e a preservação da fauna e da flora, contribuindo desta forma para as próximas gerações.

E por fim, sugere-se que as cooperativas façam parcerias para a realização e desenvolvimento de projetos ou programas sociais voltados a seus cooperados e a sociedade como um todo, de modo que, ao atuarem como parceiras diversificam as áreas de atuação, multiplicando a abrangência e também fortalecendo a continuidade e o apoio ainda maior da sociedade e dos cooperados que recebem direta ou indiretamente resultados desses programas de responsabilidade social realizados por essas cooperativas.

6. REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M.M., **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 6ª. Ed. – São Paulo: Atlas, 2003.
- ASHLEY, Patrícia Almeida et al. **Ética e Responsabilidade Social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- BEUREN, Ilse Maria et al. **Como elaborar trabalhos monográficos**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- CERVO, L.A.; BERVIAN.A.P., **Metodologia científica**. 4º. Ed. – São Paulo: Makron Books, 1996.
- CHAVES, C.J.A.; VIEIRA, F.G.D.; BERNARDO-ROCHA, E.E.R, **A Possibilidade e limites das ações de responsabilidade social em organizações cooperativas**. XXXIII Encontro do ANPAD, EnANPAD, São Paulo, 2009.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução À Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Campus, 2004.
- COAMO – Agroindustrial Cooperativa. **História do cooperativismo**. Disponível em <<http://www.coamo.com.br/?p=YWxyb3RsaXMvY2Vlem90aXJhdmFzbWVAemh6>> Acesso em: 15 de nov. 2016.
- COSTA, H.P. **Responsabilidade Social Empresarial**. Disponível em <http://www.cfa.org.br/acoes-cfa/artigos/usuarios/responsabilidade-social-empresarial>> Acesso em: 03 de nov. 2016.
- DIAS, R., **Responsabilidade Social. Fundamentos e Gestão**. São Paulo: Atlas, 2012.
- FERREIRA, L.; BASQUEIRA, A.P., **Responsabilidade social empresarial: Revisão da Literatura**. Revista de Ciências Gerenciais. Vol 14 Nº 20, Alinhos -SP, 2010.
- GAWLAK, A.; RATZKE, Y.A.F, **Cooperativismo – Filosofia de vida para um mundo melhor**. 2º.Ed. – Curitiba: Jeds, 2001.
- GERHARDT, E, T.; SILVEIRA, **Métodos de pesquisa**, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>, acesso em: 09 de nov. 2016.
- GOUVEIA FILHO, S.C.; MEIRA, N.D.; LIMEIRA, M.P.; ALMEIDA, K.K.N. ALMEIDA, **Responsabilidade Social: um enfoque sobre o balanço social da empresa brasileira de correios e telégrafos**. 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade Gramado-RS, 2008.
- INSTITUTO ETHOS. **Guia de Elaboração de Relatório e Balanço Anual de Responsabilidade Social Empresarial**. Disponível em <<http://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2012/12/7Vers%C3%A3o-2001.pdf>> acesso em 02 de abr. 2016.

KARKOTLI, G., **Responsabilidade Social Empresarial**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2006.

KON, A., **Responsabilidade social das empresas como instrumento para o desenvolvimento: a função da política pública**. Revista Planejamento e Políticas Públicas - Ipea, 2013.

LAKATOS, E.V.; MARCONI, M.A., **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª. Ed. – São Paulo: Atlas, 2003.

LEVEK, A.R.H.C.; BENAZZI, A.C.M.; ARNONE, J.R.F.; SEGUIN, J.; GERHARDT, T.M, **A responsabilidade social e sua interface com o marketing social**. Revista, FAE, V.5, N.2. Curitiba, 2002.

LIMA, F.J.; ALVES, R.L., **Cooperativismo e desenvolvimento rural no Paraná do agronegócio**. In: VI CONGRESSO DO BRDE DE DESENVOLVIMENTO, Curitiba. 2011.

MELLO, S. C. B. d. C. **Empresas e Responsabilidade Social: um estudo no Nordeste do Brasil**. 1999.

MORETTI, C.; KANINOSKI, F, MORAIS, J.; LINS, L.P, KRINSKI, S., **Cooperativas agroindustriais inseridas no contexto da economia verde**. Revista Paraná Cooperativo, edição especial técnico e científico. n.8, n.88, ed. esp. 5, Paraná, 2012

MUNCK, L.; SOUZA, R.B. **Responsabilidade social empresarial e sustentabilidade organizacional: a hierarquização de caminhos estratégicos para o desenvolvimento sustentável**. REBRAE, Revista Brasileira de Estratégias. Curitiba, 2009.

OCB – Organização das Cooperativas do Brasil. **Diagnóstico do ramo consumo**. Disponível em <<http://www.ocb.coop.br>>. Acesso em 12 nov. 2016.

OLIVEIRA, L., S., **Tratado de metodologia científica**. 1º. Ed. – São Paulo: Pioneira, 1999.

PINHO, B.D., **O cooperativismo no Brasil – Da vertente pioneira a vertente solidária**. 1º. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2004.

PRIMATO COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL, **A importância das cooperativas no desenvolvimento do Estado do Paraná**, Disponível em <<http://www.primato.com.br/site/cooperativismo/8.primato>>. Acesso em 01 nov. 2016.

RECH, D., **Cooperativas – Uma alternativa de organização popular**. 1º. Ed. – Rio de Janeiro: Dp&A, 2000.

RUIZ ALONSO, F.; LÓPEZ, F.G; CASTRUCCI, P.L., **Curso de ética em administração**. São Paulo: Atlas, 2006.

SANTOS, C.C.M., CEBALLOS, Z.H.M. **A importância do Cooperativismo**. Revista Univap. v. 13, n.24. Encontro de Iniciação Científica e Encontro de Pós-Graduação. São Jose dos Campos, 2006.

SILVA, P.; ABRANTES, R.; OLIVEIRA, A.C. **Doutrina e princípios cooperativistas: Um estudo de caso na cooperativa Maxi Mundi.** Revista Científica do ITPAC, v.5, n/ 3. Araguaína, 2012.

TOMEI, P.A.; **Responsabilidade social da empresa.** Revista de Administração de empresa. Rio de Janeiro, 1984.

VASCONCELOS, S.S.; NORONHA FILHO, M.A.; **Quais as vantagens de uma empresa que tem responsabilidade social e sustentabilidade?** Gestão & Tecnologia - Faculdade Delta. Ano II, Edição IV, Goiânia - Go, 2010.

WISSMANN, M. A., **Responsabilidade Social e Balanço Social**, Cascavel: Unível, 2007.